

Estudo Técnico Preliminar 256/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O objetivo do presente estudo é referendar ações para alienação de bens móveis tais como veículos e sucatas inservíveis de propriedade do Município de Ubitatã-Pr, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas, e entrega dos bens, por meio de licitação na modalidade de leilão público.

O leilão é considerado, por excelência, a modalidade de licitação para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, previsto na Nova Lei de Licitações no inciso IV, do artigo 28.

De forma específica no artigo 31, determina como deve acontecer a fase preparatória:

“Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais”.

Considerando que os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno, serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública, indispensável a avaliação prévia;

Considerando que a administração deve atender o interesse público de modo eficiente, não pode ela se valer de bens desgastados, e obsoletos, cujo desempenho seja aquém daquele que é esperado para atender a população, como bem aduz a Lei Federal nº 8.987/95, que incita a prestação de serviços públicos adequados, ou seja, de boa qualidade.

Dito isto, temos alguns pontos que nos remete a realização do processo de leilão, sendo eles:

Eficiência na Utilização de Recursos Públicos: Manter veículos que não são mais funcionais ou que têm um custo de manutenção excessivo consome recursos financeiros que poderiam ser melhor utilizados em outras áreas. A alienação desses veículos permite a redistribuição de recursos para serviços essenciais e investimentos necessários.

Redução de Custos com Manutenção: Veículos desgastados e inservíveis frequentemente requerem manutenção constante e cara, além de peças de reposição que podem ser difíceis de encontrar. A alienação desses veículos evita gastos contínuos e imprevisíveis com manutenção e reparos.

Segurança e Desempenho: Veículos muito desgastados podem representar riscos de segurança tanto para os motoristas quanto para o público. Além disso, eles podem não atender aos padrões de desempenho necessários para as funções que deveriam cumprir, comprometendo a eficiência dos serviços públicos

Gerenciamento Adequado de Patrimônio Público: A alienação de veículos inservíveis é uma prática comum para garantir que o patrimônio público seja gerido de forma eficiente. Veículos que não têm mais valor funcional ou econômico ocupam espaço e podem desvalorizar o patrimônio municipal.

Possível Geração de Receita: A venda de veículos inservíveis, mesmo que como sucata, pode gerar uma receita adicional para o município. Esse valor pode ser reinvestido em melhorias ou projetos que beneficiem a comunidade.

Descarte Ambientalmente Responsável: A alienação de veículos inservíveis pode ser feita de maneira a garantir que o descarte de componentes e materiais seja feito de acordo com as normas ambientais. Isso ajuda a evitar impactos negativos no meio ambiente e promove práticas sustentáveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Administração	Claudinei Edson Dalla Corte

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os lances ofertados são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS, sendo que o usuário será responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

Para estar apto a ofertar lances para a aquisição dos bens expostos, o interessado deverá ser capacitado para contratar, nos termos da legislação em vigor.

Menores de 18 (dezoito) anos não serão admitidos a participar do leilão.

Os interessados em participar do leilão deverão estar com seu CPF/CNPJ em situação regular junto à Receita Federal, bem como com seu endereço atualizado ou em processo de atualização na Receita Federal e no SINTEGRA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços.

O Usuário poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

5. Levantamento de Mercado

A Administração Municipal instituiu através da portaria nº 332 de 06 de maio de 2024 a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, tendo esta a responsabilidade de avaliar por quais sejam as necessidades do município, todo o patrimônio em caso de necessidade, devendo se valer caso necessário de apoio técnico, planilhas de preços estado de conservação e tempo de uso dos bens a serem avaliados.

Desta Comissão foram Utilizados 03 servidores que pelo entendimento da Administração detinham condições e capacidade para que pudessem realizar avaliação dos bens a serem alienados.

os avaliadores para chegarem a um preço comum, fizeram vistoria dos bens, nessa vistoria foram considerados alguns pontos no estado de conservação, sendo eles:

- Bancos
- Paineis de Instrumentos
- Tacógrafo
- Retrovisores
- Para-Choques
- Parte Elétrica
- Pintura
- Lataria
- Tapeçaria/forração
- Pneus
- Motor
- Cambio e eixos

além dos itens avaliados, foram considerados os preços constantes da Tabela Fipe para os veículos das marcas correspondentes aos leiloados, facilmente encontrados no link: <https://veiculos.fipe.org.br/> , após verificação de preços, foram também consultados documentação dos veículos frente ao DETRAN e condições de rodagem ou não, e após isso emitiram parecer com preços e situação dos veículos, que foi referendado pelo Prefeito municipal através de Decreto nº. 108/2024.

6. Descrição da solução como um todo

A Administração Pública adquire bens permanentes (móveis, equipamentos, veículos, etc.) que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades e/ou na prestação de serviços públicos à sociedade. Com o decurso do tempo, tais bens podem deixar de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se “inservíveis”, denominação genérica atribuída aos bens ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

Por não servirem mais à finalidade para a qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio do órgão possuidor, devendo, portanto, ser retirados do patrimônio público, isto é, devendo ser realizado o desfazimento desses bens.

A opção pela alienação dos bens na modalidade de leilão eletrônico se dá pelo fato de tratar-se de procedimento legal e célere, sem maiores obstáculos burocráticos existentes em outros procedimentos, constituindo-se na melhor forma para atingir-se o objetivo proposto e o interesse público.

o processo contará com fotos dos bens que deverão ser leiloados, entretanto, caso algum dos participantes tenha interesse em visitar e vistoriar os bens a serem apreçados, deverá estar ciente que tais informações pertinentes a visitação, estará constando diretamente no edital do processo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Abaixo constam a relação dos bens a serem alienados e respectivos valores, atribuídos pela comissão permanente de avaliação de patrimônio:

Item	Reg. Pat.	Código LC	Descrição	Conserv.
1	2777	42767	CAMINHÃO COLETOR FORD F14000 160 1999/1999 AJF 4025 – FROTA 51	Ruim
2	5916	42768	VOLKSWAGEN SAVEIRO 1.8 – 2001/2001 – ABK 3931 – FROTA 61	Ruim
3	4412	42769	VOLKSWAGEN KOMBI – 2004/2004 – ALZ 3853 – FROTA 69	Péssima
4	6240	42770	VOLKSWAGEN KOMBI – 2011/2012 – AUJ 9213 – FROTA 115	Péssima
5	6239	42771	VOLKSWAGEN KOMBI – 2011/2012 – AUH 6329 – FROTA 117	Péssima
6	8936	42772	FIAT PALIO FIRE ECONOMY – 2012/2012 – AVC 5021 – FROTA 124	Bom
7	9724	42773	VOLKSWAGEN KOMBI – 2011/2012 – AVK 2114 – FROTA 127	Péssima

8	9750	42774	VOLVO ESCAVADEIRA VOLVO BL70 B4X4 – 2012 - FROTA 135	Regular
9	1839	42776	FIAT STRADA FIRE FLEX – 2006/2007 – AOP 2366 – FROTA 163	Ruim
10	23156	42777	VAN RENALT MASTER ALLT AMB1 – AMBULÂNCIA - 2016 – BAL 0546 – FROTA 191	Ruim
11	24075	42778	VAN MERCEDES BENZ 415 CDI SPRINTER – 2017 /2018 – BBW 7384 – FROTA 201	Bom
12	24591	42779	VAN RENALT MASTER EURO AMB – AMBULÂNCIA – 2017 – BCC 7598 – FROTA 211	Ruim
13	26831	42780	VOLKSWAGEN KOMBI – 1988/1989 – AJE 9136 – FROTA 268	Péssimo
14	27195	42781	VAN – AMBULÂNCIA – FROTA 281 - (SUCATA)	Péssimo

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 194.550,00

(Cento e noventa e quatro mil quinhentos e cinquenta reais)

Item	Reg. Pat.	Código LC	Descrição	Conserv.	Valor Avaliado
1	2777	42767	CAMINHÃO COLETOR FORD F14000 160 1999/1999 AJF 4025 – FROTA 51	Ruim	R\$: 19.900,00
2	5916	42768	VOLKSWAGEN SAVEIRO 1.8 – 2001 /2001 – ABK 3931 – FROTA 61	Ruim	R\$: 8.500,00
3	4412	42769	VOLKSWAGEN KOMBI – 2004/2004 – ALZ 3853 – FROTA 69	Péssima	R\$: 4.500,00
4	6240	42770		Péssima	R\$: 6.500,0

			VOLKSWAGEN KOMBI – 2011/2012 – AUJ 9213 – FROTA 115		
5	6239	42771	VOLKSWAGEN KOMBI – 2011/2012 – AUH 6329 – FROTA 117	Péssima	R\$: 6.400,00
6	8936	42772	FIAT PALIO FIRE ECONOMY – 2012 /2012 – AVC 5021 – FROTA 124	Bom	R\$: 11.900,00
7	9724	42773	VOLKSWAGEN KOMBI – 2011/2012 – AVK 2114 – FROTA 127	Péssima	R\$: 6.450,00
8	9750	42774	VOLVO ESCAVADEIRA VOLVO BL70 B4X4 – 2012 - FROTA 135	Regular	R\$: 29.000,00
9	1839	42776	FIAT STRADA FIRE FLEX – 2006 /2007 – AOP 2366 – FROTA 163	Ruim	R\$: 6.500,00
10	23156	42777	VAN RENALT MASTER ALLT AMB1 – AMBULÂNCIA - 2016 – BAL 0546 – FROTA 191	Ruim	R\$: 20.000,00
11	24075	42778	VAN MERCEDES BENZ 415 CDI SPRINTER – 2017/2018 – BBW 7384 – FROTA 201	Bom	R\$: 41.000,00
12	24591	42779	VAN RENALT MASTER EURO AMB – AMBULÂNCIA – 2017 – BCC 7598 – FROTA 211	Ruim	R\$:20.000,00
13	26831	42780	VOLKSWAGEN KOMBI – 1988/1989 – AJE 9136 – FROTA 268	Péssimo	R\$: 5.000,00
14	27195	42781	VAN – AMBULÂNCIA – FROTA 281 - (SUCATA)	Péssimo	R\$: 8.900,00
				Total:	R\$: 194.550,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando a natureza do processo, não se verifica a possibilidade de parcelamento da solução, em função da licitação ser na modalidade de leilão que contempla o maior lance ofertado e através de carta de arrematação, objetivando a maior vantagem para este ente público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há outra licitação na modalidade de leilão em andamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As despesas ao referido processo estão em conformidade com a lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O processo de Alienação de Bens inservíveis ao município, encontra-se no Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal; e a despesa contratual relativa ao atual exercício foi adequada à lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- **Redução de Custos Operacionais:** Elimina a necessidade de gastos contínuos com manutenção, reparos e peças para veículos que não estão em boas condições. Isso reduz os custos operacionais e libera recursos para outras necessidades do município.
- **Melhoria da Segurança:** Veículos desgastados e inservíveis podem representar riscos para a segurança dos motoristas e da população. Aliená-los ajuda a garantir que apenas veículos em boas condições estejam em operação, reduzindo a probabilidade de acidentes e falhas.
- **Oportunidade de Reinvestimento:** A venda de veículos inservíveis pode gerar receita que pode ser reinvestida em melhorias para a infraestrutura pública, aquisição de novos equipamentos ou outros projetos que beneficiem a comunidade.
- **Otimização do Espaço:** Veículos inservíveis ocupam espaço precioso em depósitos e garagens. Sua alienação libera espaço que pode ser utilizado de forma mais eficiente, seja para armazenar veículos em uso ou para outras finalidades.
- **Atualização da Frota:** A alienação de veículos antigos permite que o município possa investir na compra de novos veículos com tecnologias mais modernas, oferecendo melhor desempenho, maior eficiência de combustível e menores emissões de poluentes.
- **Descarte Ambientalmente Correto:** Ao alienar veículos, especialmente se forem processados por empresas especializadas em reciclagem de veículos, o município pode garantir que os componentes e materiais sejam descartados ou reciclados de forma ambientalmente responsável, minimizando impactos negativos ao meio ambiente.
- **Redução de Riscos Legais e Financeiros:** Manter veículos inservíveis pode acarretar problemas legais se eles apresentarem falhas que causem danos. A alienação reduz o risco de litígios e responsabilidades associadas a veículos que não atendem aos padrões de segurança e regulamentação.

- **Aumento da Eficiência Operacional:** A manutenção de uma frota composta apenas por veículos em bom estado contribui para a eficiência das operações e serviços públicos. Veículos modernos e bem conservados são mais confiáveis e desempenham melhor suas funções.

13. Providências a serem Adotadas

O arrematante deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pela arrematação dos bens através de sua Conta Bancária para a conta do Município de forma eletrônica, em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão.

A retirada do bem arrematado correrá por conta do arrematante além das despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados.

Após a efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado e do valor devido à Prefeitura Municipal de Ubatã, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Ubatã-Pr, para ser(em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/ procurador(es), mediante a entrega de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Ubatã-Pr, cujo contato será oportunamente informado.

No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Ubatã-Pr, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Ubatã-Pr, constante do bem arrematado.

Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Ubatã-Pr e DETRAN-Pr, no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Ubatã-Pr, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Recomenda-se que:

a) No caso de aquisição de bens para substituição de outros já existentes na Instituições, os últimos deverão ser corretamente destinados para: reciclagem, doação ou desfazimento;

b) Em nenhuma hipótese os mesmos serão descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor.

Neste caso específico não haverá descarte de material

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A alienação de veículos públicos inservíveis é uma medida estratégica proposta para otimizar a gestão de recursos e promover a eficiência financeira e operacional do município. Esta justificativa visa demonstrar a viabilidade desta ação, considerando os benefícios econômicos, operacionais e ambientais, levando em conta:

Condições Atuais dos Veículos

Os veículos em questão estão classificados como inservíveis devido a:

- **Alto Grau de Desgaste:** Os veículos apresentam significativo desgaste, com muitos itens críticos necessitando de reparos frequentes.
- **Altos Custos de Manutenção:** Os custos com manutenção e reparos têm sido elevados e crescentes, representando uma carga financeira substancial.
- **Desatualização Tecnológica:** Os veículos são modelos antigos, com baixa eficiência energética e maiores emissões de poluentes, não atendendo às normas ambientais e de eficiência atuais.

Análise de Viabilidade

Redução de Custos

- **Economia com Manutenção:** A alienação evitará gastos contínuos e imprevistos com manutenção, peças de reposição e reparos. Esses recursos podem ser alocados para outras prioridades do município.
- **Minimização de Custos Indiretos:** Reduzir o número de veículos inservíveis libera espaço e reduz custos associados ao armazenamento e gerenciamento desses ativos.

Benefícios Econômicos

- **Geração de Receita:** A venda de veículos inservíveis, mesmo como sucata, pode gerar receita que poderá ser reinvestida em novos veículos ou em outros projetos públicos necessários.
- **Melhoria na Frota:** Com a receita obtida, é possível investir em novos veículos mais modernos e eficientes, melhorando a qualidade dos serviços prestados e a eficiência operacional.

Impacto Ambiental

- **Descarte Responsável:** A alienação permitirá que os veículos sejam processados de acordo com normas ambientais, garantindo a correta destinação de materiais e componentes, reduzindo impactos ambientais.
- **Redução de Emissões:** Substituir veículos antigos por novos modelos reduz as emissões de poluentes e contribui para a melhoria da qualidade do ar.

Melhoria na Segurança e Eficiência

- **Segurança:** Veículos inservíveis podem apresentar riscos de segurança para motoristas e para a população. A alienação garante que apenas veículos em boas condições permaneçam em operação.
- **Eficiência Operacional:** A atualização da frota com veículos novos ou mais modernos melhora o desempenho das operações e serviços, garantindo maior confiabilidade e eficiência.

4. Conclusão

A alienação de veículos públicos inservíveis é uma medida viável e recomendada para promover a eficiência financeira, operacional e ambiental do município. A análise demonstra que a ação não só reduzirá custos e riscos associados aos veículos inservíveis, mas também proporcionará benefícios econômicos e ambientais significativos. Recomendamos a adoção desta medida como parte de uma estratégia de gestão eficiente dos recursos públicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO CESAR MENIGITE

Auxiliar Administrativo



Assinou eletronicamente em 20/08/2024 às 11:50:20.

